



Simulado Especial

TCE RN

Auditor De Controle Externo -
Especialidade: Contabilidade

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RN**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Contabilidade**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/GLHpLproqQu75rvu8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/FRxv>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

Prezado(a) colega,

O editorial desta semana não poderia ser diferente, pois dia 08 de março é o Dia Internacional das Mulheres – elas merecem a nossa homenagem pelo seu dia.

Existem várias explicações para identificar a origem deste dia, porém, independente dos motivos, o que se sabe é que com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), eclodiram ainda mais protestos em todo o mundo na busca dos direitos das mulheres.

Foi em 8 de março de 1917, que aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II, as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra - em um protesto conhecido como "Pão e Paz". Desde então a data consagrou-se, embora tenha sido oficializada como Dia Internacional da Mulher apenas em 1921.

Falar das mulheres é falar da nossa própria existência, pois sem elas não seria possível estarmos no mundo. Estou me referindo à mulher mãe e creio que não ofenderia nem de leve a doce mãe de Jesus se falasse baixinho “Minha mãe bendita és tu entre as mulheres”.

Não posso esquecer a mulher empresária, que tem a cada dia aumentado a participação no mundo do trabalho. pesquisas do Sebrae têm revelado que mais de 50% dos empresários de pequenas empresas são mulheres.

E agora por que não falar da Mulher Profissional da Contabilidade, que tem aumentado nos últimos anos, atingindo percentual próximo de 50% em todo o país? E através do movimento da Mulher na contabilidade elas têm realizado fóruns em todo o país, para desenvolver a capacidade da mulher na política classista, o que tem aumentado bastante o número das mulheres administrando os nossos conselhos.

Não poderíamos deixar de afirmar que a nossa profissão tipicamente masculina e altamente machista, no decorrer do tempo, sempre colocou a mulher em segundo plano e algumas destemidas e guerreiras têm

lutado para assumir o seu espaço e tornaram-se líderes classistas. Não podemos deixar de citar Maria Constança Carneiro Galvão, exemplo de determinação e defesa da mulher contábil baiana e a primeira mulher a comandar o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia.

Particularmente, gosto muito de trabalhar com as mulheres, pois muitas vezes na condição de gestoras, conseguem apresentar habilidades específicas ao observarem detalhes, sendo determinadas e preocupadas com a humanização dos ambientes onde realizam gestão.

Hoje, temos em nosso Conselho Diretor, três valorosas mulheres que têm se destacado em tudo que fazem. A nossa gratidão a Maria do Socorro, Lorena Pinho e Sônia Gomes.

Avante, mulheres, nas suas conquistas e nos espaços alcançados!

Atenciosamente

Fonte: <<https://www.crcba.org.br/boletim/boletim646/index.html>>

1. No trecho "*O editorial desta semana não poderia ser diferente*", o uso do futuro do pretérito indica uma possibilidade no passado.
2. No período "*Foi em 8 de março de 1917, que aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se*", a vírgula após "1917" está incorretamente empregada.
3. A oração "*pois sem elas não seria possível estarmos no mundo*" estabelece uma relação de causa com a oração anterior.
4. A expressão "*E agora por que não falar*" poderia ser reescrita como "*E agora porque não falar*" sem alteração de sentido.
5. O texto apresenta características predominantes do tipo textual dissertativo-expositivo.

6. Em "a nossa profissão tipicamente masculina e altamente machista", os advérbios "tipicamente" e "altamente" modificam, respectivamente, os adjetivos "masculina" e "machista".
7. O vocativo "Prezado(a) colega" poderia ser reescrito como "Prezados(as) colegas" para abranger um público mais amplo.
8. A palavra "Avante" em "Avante, mulheres" funciona como interjeição de estímulo.

Texto 02

"A vida é uma tempestade (...) Um dia você está tomando sol e no dia seguinte o mar te lança contra as rochas. O que faz de você um homem é o que você faz quando a tempestade vem."

O Conde de Monte Cristo, Alexandre Dumas

9. No período "Um dia você está tomando sol e no dia seguinte o mar te lança contra as rochas", a correlação temporal entre os verbos "está" (presente) e "lança" (presente) produz um efeito estilístico de presentificação de ações habituais ou cíclicas.
10. A metáfora "A vida é uma tempestade" estabelece uma isotopia semântica que se desenvolve ao longo do texto através dos semas /instabilidade/, /força destrutiva/ e /imprevisibilidade/.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

In this World Cup year, Fifa has come out of the blocks quickly. In the past few weeks any number of initiatives have been announced or activated, from a data partnership with Opta to facilitate more betting, to the Fifa Pass for speeding up visa applications for the US this summer, to the unveiling of the official Lego World Cup

trophy. Among the ever-expanding list is an intriguing deal with TikTok, a partnership that will give digital creators front-row seats at the 104-match tournament.

In Fifa language its partnership with the short-form video platform will make "the most inclusive event in football history ... even more accessible". According to TikTok's global head of content, James Stafford, it will bring fans "closer to the action in ways they can't get anywhere else". It plans to do so by granting an unspecified number of online personalities behind-the-scenes access, giving them archive and highlights footage to use in their content and, in return, requesting an avalanche of posts that will make the World Cup inescapable for TikTok users.

In choosing TikTok as its preferred platform Fifa is catching up with the times. The use of creators, also known as influencers, is increasingly essential for any consumer business.

Creators present an efficient and effective way of reaching audiences with a defined message.

Reports in the US have suggested the picture is complicated somewhat by traditional broadcasters having acquired the rights Fifa wants to share with influencers. TikTok would need a sublicensing deal with the broadcaster Fox, an arrangement yet to be struck.

The platform is a play to develop new places where Fifa may ultimately sell its rights, even as it extends the offering on its Fifa+ broadcast platform. Whatever the outcome, it may be just that creators have the power to disrupt the media environment that has made Fifa decide to embrace them.

Internet: <www.theguardian.com> (adapted).

Based on the text, judge the following item.

11. According to the text, the "Fifa Pass" is a new tool designed to help fans purchase tickets for the matches in the US more quickly.
12. The text suggests that the use of influencers has become a fundamental strategy for companies that deal directly with consumers.

13. In the fragment “to the **unveiling** of the official Lego World Cup trophy” (first paragraph), the word “unveiling” could be replaced with **revealing** without changing the original meaning of the sentence.

14. In the sentence “In Fifa language **its** partnership with the short-form video platform...” (second paragraph), the pronoun “its” refers back to “the short-form video platform”.

15. The text informs that TikTok and the broadcaster Fox have already finalized a sublicensing agreement to share broadcast rights.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir sobre o controle da atividade financeira do Estado.

16. As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal, uma vez que o Brasil adota o sistema da unicidade de jurisdição.

17. Compete aos tribunais de contas, nos termos constitucionais, o julgamento das contas de prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

18. Compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro automático e tácito, contados da emissão do ato de aposentadoria no órgão.

19. No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o

exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, o Tribunal representará ao Congresso Nacional, que terá competência para efetuar a sustação do contrato.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

20. Os sucessores dos administradores e responsáveis também estão sujeitos à jurisdição do Tribunal, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.

21. As Câmaras do TCE serão constituídas, cada uma, de três Conselheiros, eleitos pelo Tribunal Pleno, com exclusão do Presidente do Tribunal.

22. Considera-se terminativa a decisão do TCE que julga contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA APLICADA AO SP

Emannuelle Gouveia

23. O Gerenciador de Tarefas do Windows permite ao usuário encerrar processos em execução, verificar o uso de CPU e memória, além de visualizar quais programas são iniciados automaticamente com o sistema.

24. A transferência de arquivos entre computadores remotos é possível apenas por meio de navegadores de internet e ferramentas de nuvem, como Google Drive ou OneDrive, sendo inviável em conexões ponto a ponto.

25. O Microsoft Teams permite a realização de reuniões por videoconferência, o envio de mensagens instantâneas e a edição simultânea de arquivos do Word e Excel, mas não oferece suporte à integração com calendários ou agendamento de reuniões.

26. Em ambientes corporativos, cavalos de troia representam ameaça relevante, pois, ao contrário de outros ataques, podem permitir acesso remoto não autorizado ao sistema comprometido, mesmo sem apresentar sintomas visíveis ou causar replicação automática.

27. A assinatura digital utiliza técnicas de criptografia assimétrica para garantir a integridade e a autenticidade de uma informação, sendo suficiente por si só para assegurar controle de acesso e autorização em sistemas computacionais.

28. O conceito de Big Data refere-se ao processamento e análise de conjuntos massivos de dados caracterizados por alta variedade, volume e velocidade, exigindo arquiteturas específicas e tecnologias escaláveis para possibilitar sua coleta, armazenamento e interpretação em tempo hábil.

29. Ferramentas modernas baseadas em inteligência artificial, como ChatGPT e GitHub Copilot, são capazes de realizar tarefas complexas como geração de código e produção textual por meio do reconhecimento de padrões em dados massivos, sendo alimentadas por modelos treinados previamente com grandes volumes de informações, sem depender de instruções explícitas para cada tarefa.

30. O termo IoT, ou Internet das Coisas, refere-se à rede coletiva de dispositivos conectados e à tecnologia que facilita a comunicação entre os dispositivos e a nuvem, bem como entre os próprios dispositivos. E só deve ser utilizada em estruturas de redes locais para manter o padrão de segurança dos dados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Com base no texto a seguir, julgue os itens 31 e 32.

Uma equipe de auditoria interna de um órgão público definiu as seguintes regras:

1. Se o processo possui documentação completa e foi analisado dentro do prazo legal, então ele pode ser homologado.
2. Nenhum processo é homologado se não tiver sido analisado dentro do prazo legal.

31. A partir das regras estabelecidas, é logicamente correto concluir que, se um processo é homologado, então ele necessariamente foi analisado dentro do prazo legal.

32. Considere a proposição:

“Um processo não pode ser homologado se não possui documentação completa ou não foi analisado dentro do prazo legal.”

Essa proposição é logicamente equivalente à proposição

“Todo processo que possui documentação completa e foi analisado dentro do prazo legal pode ser homologado”.

Com base no texto a seguir, julgue os itens 33, 34 e 35:

Um setor de capacitação planeja a participação de servidores em três cursos: A, B e C. O conjunto de servidores elegíveis contém 120 pessoas, e sabe-se que:

- 70 servidores podem participar do curso A;
- 55 servidores podem participar do curso B;
- 40 servidores podem participar do curso C;
- 25 servidores podem participar simultaneamente dos cursos A e B;
- 20 servidores podem simultaneamente participar dos cursos A e C;
- 15 servidores podem simultaneamente participar dos cursos B e C;
- 5 servidores podem participar dos três cursos.

33. O número de servidores que não pode participar de nenhum dos três cursos é igual a 30.

34. Se um servidor é escolhido aleatoriamente entre os elegíveis, a probabilidade de que ele possa participar de exatamente um dos três cursos é inferior a 40%.

35. Para fins de planejamento, a coordenação decide formar comissões de 3 servidores, escolhidos exclusivamente entre aqueles que podem participar do curso A, sendo irrelevante a ordem dos membros na comissão. Nessas condições, o número de comissões distintas que podem ser formadas é superior a 50.000.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

36. De acordo com a jurisprudência do STF, possui eficácia limitada a norma constitucional que estabelece a liberdade de exercer trabalho, ofício ou profissão.

37. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

38. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

39. A Constituição autoriza o Tribunal de Contas a susta a execução de contrato administrativo, sempre que o órgão ou entidade fiscalizado não adotar as providências determinadas pela Corte de Contas.

40. É constitucionalmente possível a desconsideração da pessoa jurídica pelo Tribunal de Contas da União, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

A respeito da organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

41. Administração Direta é também denominada Administração descentralizada, pois nela os serviços públicos são executados por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que assumem a titularidade e a execução das atividades de forma autônoma em relação ao ente político.

Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

- 42.** Os requisitos do ato administrativo — competência, finalidade, forma, motivo e objeto — são todos passíveis de flexibilização pela Administração Pública, desde que a decisão esteja amparada em critérios de conveniência e oportunidade

Segundo os poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 43.** O poder disciplinar manifesta-se no âmbito das relações internas da Administração Pública e permite a apuração de infrações funcionais e a aplicação de penalidades a servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, sem se confundir com o poder punitivo estatal exercido no direito penal

Em relação ao controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 44.** O controle da Administração Pública é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, sendo incompatível com o exercício de controle interno pela própria Administração ou de fiscalização pelo Poder Legislativo

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

- 45.** Para a configuração da responsabilidade objetiva do Estado por atos comissivos de seus agentes, basta a ocorrência do fato administrativo, do dano e do nexo causal entre um e outro, sendo irrelevante a verificação de eventual causa excludente, pois a teoria do risco administrativo não admite exclusões de responsabilidade

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

- 46.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar, e a elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
- 47.** É característica do conceito de um orçamento público impositivo no modelo brasileiro a existência de comando normativo criado na própria lei orçamentária, sendo desnecessária a existência de norma anterior.
- 48.** As discussões públicas do orçamento participativo municipal, no primeiro momento, ocorrem de forma direta, e, em momento posterior, mediante a forma de representação.
- 49.** Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes e, enquanto perdurar, o ente que nele houver incorrido obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.
- 50.** A vedação à realização de transferências voluntárias não se aplica às situações de emergência ou de calamidade pública formalmente reconhecidas, hipótese em que o repasse pode ocorrer mesmo sem comprovação da adimplência do ente recebedor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

Acerca do conceito, objeto e campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), julgue o item a seguir.

- 51.** De acordo com o MCASP, as normas nele estabelecidas aplicam-se, obrigatoriamente, às empresas estatais dependentes. Por outro lado, as empresas estatais independentes, por não estarem compreendidas no conceito estrito de entidades do setor público para fins de aplicação obrigatória do manual, poderão aplicar as normas de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores.

Com base na NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e no MCASP, julgue o item subsequente referente à mensuração de ativos.

- 52.** Caso um ente público receba um imóvel por meio de uma transação sem contraprestação (como uma doação), o custo inicial desse ativo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data da aquisição. Todavia, se o ente optar pelo modelo de reavaliação para a classe de ativos à qual esse imóvel pertence, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o valor líquido para o valor reavaliado.

A respeito das variações patrimoniais e do regime contábil, julgue o item.

- 53.** Sob a ótica patrimonial, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve registrar os fenômenos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência. Assim, o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) está necessariamente vinculado à execução orçamentária, não sendo possível o registro de uma VPA decorrente de fatos geradores que não

tenham transitado pela arrecadação de uma receita orçamentária.

A respeito da composição do patrimônio público e da definição de seus elementos, julgue o item a seguir.

- 54.** Embora a titularidade legal (propriedade) seja um forte indicador da existência de um ativo, ela não é uma característica essencial para o seu reconhecimento no setor público. O elemento fundamental para a definição de um ativo é o controle do recurso pela entidade como resultado de eventos passados, do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Com base no tratamento contábil aplicável às provisões e aos passivos contingentes (NBC TSP 03), julgue o item subsequente.

- 55.** Uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja saída de recursos para sua liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com confiabilidade, deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial como uma provisão. Por outro lado, caso a saída de recursos seja considerada apenas possível, a entidade deve reconhecer um Passivo Contingente no passivo do Balanço Patrimonial, segregando-o das demais obrigações.

Acerca da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das naturezas de informação, julgue o item.

- 56.** O PCASP é estruturado em classes de contas que segregam as informações contábeis. As classes 5 (Orçamento Aprovado) e 6 (Execução do Orçamento) são utilizadas para o registro dos atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária, compondo, juntamente com as classes 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores), a natureza de informação orçamentária.

No que tange à estrutura e à elaboração do Balanço Orçamentário, conforme o MCASP, julgue o item a seguir.

57. O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Para fins de equilíbrio orçamentário na elaboração dessa demonstração, o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado para a abertura de créditos adicionais, deve ser registrado na coluna da previsão atualizada da receita e reconhecido como receita orçamentária realizada do exercício.

Acerca da execução da despesa pública e seus reflexos patrimoniais, julgue o item.

58. O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Sob o enfoque patrimonial, o registro do empenho deve gerar, imediata e necessariamente, o reconhecimento de um passivo no Balanço Patrimonial, independentemente da ocorrência do fato gerador, em respeito ao princípio da prudência.

Com relação aos Restos a Pagar, julgue o item subsequente.

59. Consideram-se Restos a Pagar Processados as despesas empenhadas e já liquidadas, mas ainda não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro. Diferentemente dos Restos a Pagar Não Processados, os Processados não dependem de nova verificação do direito do credor.

Com relação à estrutura e à elaboração do Balanço Financeiro, julgue o item a seguir.

60. O Balanço Financeiro demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público e é composto por um quadro único que evidencia a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, bem como os recebimentos e os pagamentos

extraorçamentários. Nessa demonstração, o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie para o exercício seguinte são apresentados, respectivamente, como parcelas somatória aos ingressos e somatória aos dispêndios, para fins de fechamento da igualdade entre as colunas.

Acerca da classificação da receita pública por natureza, conforme estabelecido no MCASP, julgue o item.

61. A classificação da receita por natureza busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador e é obrigatória para todos os entes da Federação. O código numérico dessa classificação é composto por oito dígitos, sendo que o primeiro dígito representa a Categoria Econômica (Receitas Correntes ou de Capital) e o segundo dígito indica a Origem, que detalha o fato gerador da receita, como, por exemplo, impostos, contribuições ou receitas patrimoniais.

No que se refere ao regime de adiantamento, também conhecido como suprimento de fundos, julgue o item subsequente.

62. A concessão de suprimento de fundos é uma execução da despesa orçamentária que percorre os estágios de empenho, liquidação e pagamento. Sob o enfoque patrimonial, no entanto, o momento da concessão (pagamento ao suprido) não reduz o Patrimônio Líquido da entidade, constituindo apenas uma variação patrimonial qualitativa que permuta o ativo "Caixa e Equivalentes" por um direito a receber (adiantamentos concedidos).

Com base nas regras de mensuração e apresentação do Balanço Patrimonial aplicadas ao setor público, julgue o item a seguir.

63. No Balanço Patrimonial, a classificação de ativos e passivos em circulante e não circulante obedece a critérios de liquidez e exigibilidade. Um ativo deve ser classificado como circulante quando se espera que seja realizado, vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. Caso o ciclo operacional da entidade não seja claramente identificável, pressupõe-se, para fins de classificação, que sua duração seja de doze meses.

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no setor público, julgue o item.

64. Na elaboração da DFC, os fluxos de caixa são segregados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O ingresso de recursos decorrente da alienação de bens do ativo imobilizado e o desembolso referente à amortização do principal da dívida fundada devem ser classificados, respectivamente, como fluxos das atividades de investimento e fluxos das atividades de financiamento.

A respeito das despesas com pessoal e dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item subsequente.

65. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias. Para fins de verificação do cumprimento do limite, devem ser somadas a esse montante as despesas com indenização por demissão de servidores e aquelas relativas a incentivos à demissão voluntária.

Considerando as variações patrimoniais quantitativas e o tratamento contábil da receita e da despesa sob o enfoque patrimonial, julgue o item a seguir.

66. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido da entidade. Nesse contexto, o recebimento de um depósito caução (garantia contratual) por um ente público gera uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), uma vez que ocorre o ingresso de recursos financeiros na conta única do tesouro, aumentando o ativo disponível.

Com base na NBC TSP 08 – Ativo Intangível e no MCASP, julgue o item.

67. Para que um ativo intangível gerado internamente seja reconhecido, a entidade deve distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento. Os gastos incorridos na fase de pesquisa de um projeto interno não devem ser reconhecidos como ativo intangível, devendo ser contabilizados como despesa (VPD) no período em que ocorrerem, pois nessa fase a entidade ainda não pode demonstrar a existência de um ativo que gerará benefícios econômicos futuros.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, que trata dos objetivos e usuários da informação contábil de propósito geral das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item subsequente.

68. O objetivo principal da elaboração e divulgação da informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público é fornecer informações aos usuários para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão. Nesse contexto, os principais usuários dos RCPGs são os gestores públicos internos da entidade, visto que necessitam dessas informações para o planejamento e controle diário das operações.

No que concerne aos créditos adicionais e às fontes de recursos para sua abertura, julgue o item a seguir.

69. Os créditos suplementares e especiais dependem de prévia autorização legislativa e da indicação de recursos disponíveis para sua abertura. O excesso de arrecadação, uma das fontes permitidas, é apurado considerando-se o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, devendo-se deduzir desse montante a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Acerca dos estágios da receita pública e do seu reconhecimento, julgue o item.

70. O estágio do lançamento da receita pública é o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Todas as receitas públicas, sejam elas tributárias ou não, percorrem obrigatoriamente o estágio do lançamento antes de serem arrecadadas e recolhidas, sob pena de nulidade do processo de arrecadação.

Com relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), julgue o item subsequente.

71. A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apura o resultado patrimonial do exercício. Nessa demonstração, o resultado patrimonial é obtido pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Caso o total das VPD seja superior ao total das VPA, o resultado será um Déficit Patrimonial, que reduzirá o saldo do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

A respeito do reconhecimento da despesa orçamentária e patrimonial, julgue o item a seguir.

72. Considere que um ente público tenha contratado serviços de terceiros em dezembro de X1, os quais foram efetivamente prestados no mesmo mês. O empenho foi emitido em dezembro de X1, mas a liquidação e o pagamento só ocorreram em janeiro de X2. Nessa situação, sob a ótica patrimonial, a despesa (VPD) deve ser reconhecida no exercício de X1, enquanto, sob a ótica orçamentária, a despesa será considerada pertencente ao exercício de X2, visto que a liquidação ocorreu apenas no ano seguinte.

Acerca da Dívida Ativa e seu tratamento contábil, julgue o item.

73. A Dívida Ativa compreende os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que não foram pagos no vencimento. A inscrição do crédito em Dívida Ativa é um fato contábil permutativo que, no sistema patrimonial, transfere o valor do crédito a receber (do ativo circulante) para a conta de Dívida Ativa (no ativo não circulante ou circulante, conforme o prazo), devendo ser mantidos os juros e atualizações incidentes sobre o crédito original sem impacto no resultado patrimonial.

Com base na NBC TSP 07 e no MCASP, sobre depreciação, amortização e exaustão, julgue o item subsequente.

74. A depreciação de um ativo imobilizado deve iniciar quando o ativo estiver disponível para uso, isto é, quando estiver no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso ativo, a menos que o ativo esteja totalmente depreciado. No entanto, a depreciação deve cessar obrigatoriamente se o ativo for classificado como mantido para venda.

No que se refere à classificação da dívida pública e aos passivos financeiros e permanentes, conforme a Lei nº 4.320/1964, julgue o item a seguir.

75. O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras obrigações cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Já o Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. Nesse contexto, os Restos a Pagar, por dependerem de disponibilidade de caixa, são classificados no Passivo Permanente.

Com base na NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, julgue o item.

76. Nas transações sem contraprestação, uma entidade recebe ativos ou serviços de outra entidade sem entregar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Quando um ente público recebe recursos vinculados a uma condição (obrigação de fazer ou devolver), ele deve reconhecer inicialmente um passivo. A receita só será reconhecida na medida em que a condição for satisfeita, ou seja, à medida que a entidade cumprir a obrigação estabelecida no acordo de transferência.

Acerca das Notas Explicativas às demonstrações contábeis no setor público, julgue o item subsequente.

77. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e têm por objetivo facilitar a compreensão das informações nelas contidas. Elas devem conter informações sobre a base de preparação das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas utilizadas. Informações que não são exigidas pelas normas, mas que são relevantes para a compreensão de qualquer das demonstrações, não devem ser incluídas nas notas explicativas para evitar o excesso de informação.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis no setor público, julgue o item a seguir.

78. A consolidação consiste na agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações entre elas, para apresentar a situação patrimonial e financeira como se fossem uma única entidade econômica. No entanto, para fins de consolidação no âmbito de um mesmo ente da Federação (ex: União), não é necessária a exclusão das participações no patrimônio líquido de entidades controladas, pois essas participações representam ativos reais do ente controlador.

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e dos conceitos de caixa e equivalentes de caixa, julgue o item.

79. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Investimentos em ações preferenciais de outras entidades, mesmo que adquiridos com a intenção de venda no curto prazo, não se qualificam como equivalentes de caixa, pois estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor (risco de mercado).

Com base na NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, sobre os elementos do custo de um ativo, julgue o item subsequente.

80. O custo de um item do ativo imobilizado compreende seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. Além disso, integram o custo quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o funcionamento, incluindo os custos de abertura de novas instalações e os custos administrativos e outros custos indiretos gerais.

No que tange à redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no setor público, julgue o item a seguir.

81. A perda por redução ao valor recuperável de um ativo gerador de caixa deve ser reconhecida quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso. Caso não seja possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda, o valor em uso do ativo deve ser utilizado como seu valor recuperável.

Acerca do Sistema de Custos no Setor Público e suas características, julgue o item.

82. O sistema de custos no setor público deve ser estruturado de forma a apoiar a avaliação de resultados e o desempenho da gestão. Para fins de apuração de custos dos serviços públicos, a entidade deve considerar como "Custo" apenas os gastos relativos ao consumo de recursos na produção de bens ou serviços. Os gastos relativos a investimentos em bens de capital (como a aquisição de um imóvel) não são considerados custos no momento da aquisição, mas sim despesas de capital que se transformarão em custo via depreciação ao longo de sua vida útil.

Com relação ao conceito e funcionamento da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue o item subsequente.

83. A Conta Única é uma conta bancária mantida no Banco Central do Brasil, onde são acolhidas todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive as dos fundos, das autarquias e das fundações públicas. O princípio da unidade de tesouraria, materializado pela Conta Única, veda que os entes da administração indireta mantenham disponibilidades em outras instituições financeiras, salvo exceções previstas em lei, garantindo assim o controle centralizado das finanças públicas.

Com base na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, julgue o item a seguir.

84. A mudança em uma estimativa contábil, como a alteração da vida útil de um ativo imobilizado ou a revisão das perdas estimadas em créditos, deve ter seus efeitos reconhecidos prospectivamente, ou seja, no período da mudança e nos períodos futuros afetados. Diferentemente da mudança de política contábil ou da retificação de erro de período anterior, a mudança de estimativa não exige a reexpressão retrospectiva das demonstrações contábeis (reapresentação dos saldos passados).

Acerca do tratamento contábil dos benefícios a empregados (NBC TSP 15), julgue o item.

85. Os benefícios a curto prazo a empregados, como salários, licenças remuneradas e participação nos lucros, devem ser reconhecidos como passivo e despesa no período em que o empregado prestar o serviço. No caso de benefícios pós-emprego, como pensões e aposentadorias em planos de benefício definido, a entidade deve reconhecer as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no resultado do período.

No que se refere aos instrumentos financeiros e sua apresentação (NBC TSP 30), julgue o item subsequente.

86. Um instrumento financeiro que obriga a entidade a entregar caixa ou outro ativo financeiro a outra entidade deve ser classificado como um passivo financeiro. Entretanto, se o instrumento financeiro não incluir tal obrigação contratual, sendo a sua liquidação feita apenas pela entrega de instrumentos patrimoniais da própria entidade (ações), ele deve ser classificado como instrumento patrimonial (Patrimônio Líquido). As ações preferenciais que preveem resgate obrigatório pelo emitente em data fixa ou determinável são classificadas como passivo financeiro, e não como patrimônio líquido.

Com base na NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente, julgue o item a seguir.

87. Nos contratos de concessão de serviços (como rodovias ou aeroportos), o concedente (ente público) deve reconhecer um Ativo de Concessão de Serviços quando controlar ou regular quais serviços a concessionária deve prestar, a quem e a que preço, e quando controlar qualquer participação residual significativa no ativo ao final do contrato. Nesse modelo, o ativo (ex: a rodovia) continua registrado no balanço do ente público (concedente), e não no da empresa privada (concessionária), devendo o concedente reconhecer um passivo correspondente mensurado inicialmente pelo mesmo valor do ativo.

Acerca da divulgação sobre partes relacionadas (NBC TSP 22), julgue o item.

88. As transações entre partes relacionadas são transferências de recursos, serviços ou obrigações entre a entidade que reporta e uma parte relacionada, independentemente de haver ou não um preço cobrado. No setor público, devido à complexidade da estrutura governamental, a divulgação de transações entre entidades sob controle comum (como dois ministérios do mesmo governo) é dispensada, a menos que existam evidências de que essas transações não ocorreram em termos usuais de mercado e condições normais de operação.

No que tange aos eventos subsequentes (NBC TSP 25), julgue o item subsequente.

89. Eventos subsequentes são aqueles eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data das demonstrações contábeis e a data em que as demonstrações contábeis são autorizadas para emissão. Se, após a data do balanço, ocorrer um sinistro (como um incêndio) que destrua um ativo importante da entidade, esse evento deve gerar um ajuste nos valores reconhecidos nas

demonstrações contábeis do período findo, pois afeta a situação patrimonial da entidade de forma relevante.

Com relação à análise das demonstrações contábeis no setor público, especificamente sobre os indicadores de liquidez e estrutura de capital, julgue o item a seguir.

90. O índice de liquidez corrente indica a capacidade da entidade de pagar suas obrigações de curto prazo com seus ativos de curto prazo. No setor público, um índice de liquidez corrente superior a 1,0 indica que a entidade possui ativos circulantes suficientes para cobrir seu passivo circulante. Contudo, a análise desse indicador deve considerar a presença de ativos vinculados, pois recursos com destinação específica (fontes vinculadas) no ativo circulante podem não estar disponíveis para liquidar qualquer tipo de obrigação do passivo circulante.

Acerca da NBC TSP 32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge), julgue o item.

91. A contabilidade de hedge (*hedge accounting*) é um tratamento contábil facultativo que visa alinhar o reconhecimento dos ganhos e perdas do instrumento de hedge (proteção) e do item objeto de hedge no resultado do mesmo período. Para que uma relação de hedge se qualifique para a contabilidade de hedge, é necessário, entre outros critérios, que a relação consista apenas em instrumentos de hedge elegíveis e itens objetos de hedge elegíveis, e que a eficácia do hedge possa ser mensurada com confiabilidade e seja considerada efetiva durante todo o período designado.

No que se refere às técnicas de análise das demonstrações contábeis, julgue o item subsequente.

92. A análise vertical baseia-se na comparação de valores de uma mesma conta ou grupo de contas ao longo de vários períodos, visando identificar tendências de crescimento ou declínio. Já a análise horizontal consiste no cálculo da participação percentual de cada item em relação a um valor base (total do grupo ou do ativo/passivo), permitindo avaliar a estrutura de composição patrimonial ou de resultado em um determinado exercício.

Com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, julgue o item a seguir.

93. A compensação de ativos e passivos ou de receitas e despesas é vedada, exceto quando exigida ou permitida por uma Norma Brasileira de Contabilidade TSP. Assim, a entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos, e as receitas e despesas, pois a compensação no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado prejudica a capacidade dos usuários de compreender as transações e avaliar os fluxos de caixa futuros da entidade. No entanto, a mensuração de ativos líquidos de perdas estimadas, como estoques líquidos de ajuste para perdas, não é considerada compensação.

Acerca da redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa (NBC TSP 09), julgue o item.

94. Um ativo não gerador de caixa é aquele mantido com o objetivo principal de fornecer serviços à comunidade, e não de gerar retorno comercial. Para esses ativos, o valor recuperável é o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso. Diferentemente dos ativos geradores de caixa, o valor em uso de um ativo não gerador de caixa pode ser determinado pela abordagem do custo de reposição depreciado.

No que se refere à mensuração de estoques no setor público (NBC TSP 04), julgue o item subsequente.

95. Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Contudo, quando os estoques são adquiridos por meio de transação sem contraprestação (doação), seu custo inicial deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição. Além disso, para os estoques mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório (como medicamentos na rede pública), a mensuração deve ser feita pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Tonyvan Carvalho

96. As auditorias do setor público envolvem, necessariamente, três partes distintas: o auditor, a parte responsável e os usuários previstos, sendo essa relação definida de acordo com o ordenamento constitucional aplicável.

97. Na auditoria do setor público, o papel do auditor é desempenhado exclusivamente pelos membros do Tribunal de Contas, não sendo possível delegação de tarefas a outros agentes.

98. A parte responsável, no contexto da auditoria do setor público, é sempre aquela encarregada exclusivamente da elaboração da informação objeto da auditoria.

99. Os usuários previstos da auditoria do setor público podem ser órgãos legislativos, instâncias de controle, responsáveis pela governança ou a sociedade em geral.

- 100.** A auditoria do setor público consiste em um processo sistemático de obtenção e avaliação objetiva de evidências, com a finalidade de verificar a conformidade das informações ou condições reais com critérios aplicáveis.
- 101.** As auditorias do setor público classificam-se exclusivamente em auditorias financeiras e operacionais, sendo a auditoria de conformidade uma subespécie da auditoria operacional.
- 102.** A auditoria operacional avalia se políticas, programas e entidades operam segundo os princípios da economicidade, eficiência e efetividade, podendo resultar em recomendações de aperfeiçoamento.
- 103.** A auditoria de conformidade avalia se atividades, transações ou informações estão em conformidade com normas, leis, regulamentos ou princípios de boa governança.
- 104.** Nos trabalhos de certificação, o auditor é responsável por mensurar o objeto e produzir a informação que será avaliada.
- 105.** As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, enquanto as auditorias operacionais são, em regra, trabalhos de relatório direto.
- 106.** A asseguração razoável fornece certeza absoluta sobre a conformidade do objeto auditado com os critérios aplicáveis, uma vez que o auditor executa procedimentos extensos e suficientes para eliminar qualquer risco de auditoria.
- 107.** Na asseguração limitada, a conclusão do auditor é expressa de forma negativa, indicando que, com base nos procedimentos realizados, nada chegou ao seu conhecimento que o levasse a concluir pela não conformidade do objeto.
- 108.** Em trabalhos de asseguração limitada, o risco aceitável de auditoria é menor do que nos trabalhos de asseguração razoável, em razão da menor extensão dos procedimentos aplicados.
- 109.** O risco de auditoria corresponde à possibilidade de o auditor emitir um relatório inadequado, mesmo após a execução dos procedimentos de auditoria.
- 110.** A documentação de auditoria deve ser suficiente para permitir que qualquer auditor, mesmo sem experiência prévia, compreenda os julgamentos profissionais realizados.
- 111.** O planejamento da auditoria possui dimensão estratégica e operacional, devendo definir objetivos, escopo, abordagem, cronograma, equipe e recursos necessários.
- 112.** Nos trabalhos de certificação, o relatório de auditoria expressa opinião quanto à conformidade do objeto com critérios estabelecidos ou quanto à fidedignidade da informação.
- 113.** Nos trabalhos de relatório direto, o auditor expressa opinião padronizada, nos mesmos moldes utilizados nos trabalhos de certificação.
- 114.** A opinião modificada pode assumir a forma de ressalva, adversa ou abstenção, conforme a relevância e a generalização das distorções ou limitações de escopo.

- 115.** O monitoramento realizado pelos órgãos de auditoria governamental visa verificar se as recomendações foram adequadamente tratadas pela entidade auditada, podendo resultar em novo relatório caso as ações sejam insuficientes.
- 116.** As auditorias de regularidade têm por objetivo avaliar exclusivamente a legalidade dos atos de gestão, não abrangendo aspectos contábeis, financeiros, orçamentários ou patrimoniais, os quais são próprios das auditorias operacionais.
- 117.** O achado de auditoria resulta da comparação entre a situação encontrada e o critério aplicável, sendo composto, necessariamente, pelos atributos situação encontrada, critério, causa e efeito, os quais devem estar devidamente fundamentados em evidências.
- 118.** A identificação da causa no desenvolvimento dos achados tem caráter meramente descritivo, não sendo elemento essencial para a proposição de medidas corretivas, uma vez que a responsabilização decorre exclusivamente da situação encontrada.
- 119.** As evidências de auditoria devem ser suficientes, adequadas e relevantes, sendo admissível a utilização exclusiva de evidências testemunhais, desde que reduzidas a termo, independentemente de corroboração por outros meios.
- 120.** A objetividade e a concisão dos relatórios de auditoria exigem que os auditores evitem expressões que indiquem dúvida ou subjetividade, bem como o uso excessivo de adjetivações, devendo apresentar as informações de forma clara, precisa e fundamentada em evidências.
-

Estudo de Caso

Situação Hipotética

A empresa Alfa Comércio e Serviços S.A., atuante no setor de logística, apresentou em seu Balanço Patrimonial encerrado em 2024 um Patrimônio Líquido de R\$ 5.000.000,00 e nenhum passivo oneroso (dívida). Nesse período, obteve um Lucro Líquido de R\$ 800.000,00. Para o exercício de 2025, a diretoria avalia um projeto de expansão que exige um investimento adicional de R\$ 2.000.000,00. O diretor financeiro propõe captar esse recurso integralmente por meio de um empréstimo bancário com custo efetivo total de 12% ao ano. A projeção indica que a rentabilidade operacional do ativo se manterá constante. Paralelamente, os acionistas exigem que a análise de desempenho não se limite ao lucro contábil, mas considere a geração de caixa operacional e o custo de oportunidade do capital próprio.

Comando da Questão

Com base na situação apresentada e nos conceitos de análise de demonstrações contábeis, redija um texto dissertativo analisando a viabilidade econômico-financeira da empresa. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes tópicos:

1. Aplicação do conceito de Alavancagem Financeira ao caso, verificando se a captação do empréstimo será benéfica para os acionistas.
2. Definição e utilidade do indicador "EBITDA" na avaliação do potencial de geração de caixa, distinguindo-o do fluxo de caixa efetivo.
3. Explicação do conceito de "Economic Value Added" (EVA) como medida de lucro econômico, considerando o custo de oportunidade.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
